

CDU 910.1:001.2

A GEOGRAFIA E O PROBLEMA DA INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE AS CIÊNCIAS

Manuel Correia de Andrade

1. INTRODUÇÃO

O problema da classificação das ciências e do estabelecimento de limites entre os campos das várias ciências vem preocupando os filósofos desde o século XVIII, tendo sido objeto de estudos acurados de Kant e, no século XIX de Comte. Na verdade o conhecimento científico não pode ser compartimentado, ele é um só, e a divisão das ciências é apenas uma tentativa de compatibilizar a vastidão deste conhecimento com a capacidade de acumulação de conhecimentos pelo homem. Esta classificação tornou-se necessária à proporção que este conhecimento se expandiu horizontal e verticalmente, ou seja, em extensão e em profundidade. Marx ao formular as suas idéias e princípios, preocupado com uma visão total dos problemas do mundo e da ciência, condenou a divisão da ciência em várias "províncias". Para ele, o princípio da totalidade não poderia ser quebrado, na visão científica do mundo.

As classificações de Kant — durante muitos anos professor de Geografia Física na Universidade de Koenisberg —, e de Comte, se detiveram muito mais nos ramos dos conhecimentos físicos e biológicos do que nas ciências ditas sociais ou humanas. Assim, dentre as mesmas, apenas a Sociologia integrou a classificação de Comte, esquecendo o filósofo francês até da Economia Política que se desenvolvera com o capitalismo, a partir da segunda metade do século XVIII. A Geografia só conquistaria a posição de ciência autônoma nas últimas décadas do século XIX, em face da importância política do conhecimento do território e das formulações feitas por homens que serviam aos desígnios dos seus governos, de expansão colonial, ou que analisavam a mesma para criticar as estruturas políticas então dominantes. Para se compreender a posição que a Geografia ora ocupa

no quadro das ciências, torna-se necessário discutir a natureza da Geografia e a evolução do conhecimento geográfico no último século.

2. DA NATUREZA DA GEOGRAFIA

O que seria a Geografia e qual o seu objeto de estudo? As opiniões evoluíram e variaram muito através dos tempos. Inicialmente o conhecimento geográfico era eminentemente prático, empírico, limitava-se a catalogar e a cartografar nomes de lugares, servindo aos exércitos que avançavam em regiões vizinhas para que o fizessem com mais segurança e em direção aos pontos estrategicamente estabelecidos. Servia também aos governos que organizavam a administração e a divisão administrativa de países e impérios; aos comerciantes que acrescentavam aos nomes dos lugares indicações sobre as possibilidades de produção de determinadas áreas com informações sobre os principais produtos que poderiam ser aí explorados e da força de trabalho disponível. A discussão de seu caráter científico e o seu relacionamento com as ciências irmãs, como a Astronomia, a Geodésia, a Geofísica, etc., foi se desenvolvendo à proporção que os navegadores necessitavam de maior segurança para as suas viagens e os exploradores precisavam descobrir minérios, sobretudo preciosos, ou localizar áreas que pudessem ser utilizadas na produção de gêneros agrícolas disputados pelo mercado europeu.

As preocupações científicas, geográficas, surgiram a partir do século XIX quando Alexandre de Humboldt, fazendo grandes viagens, observou as relações existentes entre as associações vegetais e as condições de clima e de solo; preocupando-se ainda em observar os sistemas de exploração da terra e do homem e as relações estabelecidas e estruturadas entre dominadores e dominados para obter uma utilização mais racional dos recursos disponíveis. No mesmo período o filósofo e historiador Karl Ritter, professor na Universidade de Berlim, procurou estudar os vários sistemas de organização do espaço terrestre, comparando povos, instituições e sistemas de utilização de recursos.¹ Os dois sábios alemães, de diferentes formações, davam origem a uma nova ciência de cuja existência certamente não suspeitavam ao iniciarem as suas reflexões.

Ambos tiveram um grande desempenho na difusão e ampliação do novo ramo de conhecimento; Humboldt, estabelecendo-se inicialmente em Paris e em seguida em Berlim, foi o grande animador da fundação de sociedades de exploradores, já denominadas Sociedades Geográficas ou de Geografia, que se dedicaram à realização de expedições de pesquisas e de levantamento de informações nas várias partes do mundo. Estas sociedades eram estimuladas pelos grupos econômicos em expansão, de vez que, as informações meramente geográficas tinham grande importância para os grupos que organizavam companhias de exploração. Foi assim que os ingleses, os franceses, os belgas e em seguida os alemães fizeram o levantamento de amplos territórios na Ásia e na África e organizaram as suas colônias. Colônias que geralmente começavam com o entreposto de comércio com as populações nativas e em seguida, através de acordos com chefes locais ou de expedições militares, dividiam o território que iam conquistando. E a geografia exploratória e descritiva tinha grande importância para a sustentação des-

sa política colonial. A famosa Sociedade Geográfica do Império Russo também teve uma participação muito ativa, sobretudo quando o secretário da mesma era o Príncipe Piotr Kropotkin, profundo conhecedor da Sibéria, permitindo que os domínios do Tzar se expandissem até o Pacífico. Expansão que incluiu territórios chineses.

Karl Ritter foi bem menos dinâmico do que Humboldt e sua ação concentrou-se muito mais no magistério, na Universidade de Berlim, e na compilação e interpretação dos textos enviados por estes expedicionários. Daí haver desenvolvido o método comparativo em Geografia e haver sido o professor dos dois geógrafos famosos que consolidaram o conhecimento geográfico em bases verdadeiramente científicas: Frederic Ratzel e Elisée Reclus.²

Ratzel, naturalista e etnógrafo alemão, viveu o momento histórico em que a Alemanha realizava a sua unidade, estando, em seu pensamento e em sua ideologia bastante identificado com os anseios e as aspirações da burguesia alemã. Ele trouxe as reflexões a respeito do papel desempenhado pelo homem no território para o campo das divagações científicas, escrevendo o seu livro famoso *Antropogeografia* em que defendeu a teoria da grande influência do meio físico, da natureza sobre o homem, a sua conduta e a sua estrutura social. Daí ser considerado em geral como o fundador da escola determinista alemã. Continuando os seus estudos, aprofundou as suas reflexões sobre o Estado e o seu relacionamento com o espaço, comparando estados continentais com marítimos e admitindo que a trajetória política de cada estado estava na dependência de sua posição geográfica.³ Partindo para as reflexões de ordem política, escreveu uma *Geografia Política*, sendo considerado como um dos precursores da chamada Geopolítica, fundada por Kjillen em 1911.⁴ Foi a partir de suas idéias que surgiu a chamada política do "espaço vital" e do direito de conquista dos territórios de povos mais fracos pelos povos fortes, teoria que serviu em grande parte de bandeira para a política do nazismo, na primeira metade do século XX. Teve discípulos, não extremados como ele, em todo o mundo, convindo destacar dentre os mesmos Mackinder, na Inglaterra, o grande teórico da expansão colonial britânica, e, até certo ponto, geógrafos clássicos franceses como Jean Brunhes e Camilo Vallaux.

Contemporâneo de Ratzel e também preocupado com o papel desempenhado pelo homem e pela sociedade na produção do território, destaca-se o francês Elisée Reclus. Havia porém grande diferença entre um e outro: enquanto Ratzel apoiava a expansão imperialista da Alemanha, justificando-a, Reclus, como anarquista ou comunista libertário, como preferia ser classificado, militou contra a política oficial de seu país; daí ter sido um dos batalhadores da Comuna de Paris, ter sido preso e condenado ao degredo perpétuo na Nova Caledônia, pena comutada para o simples exílio, e haver escrito a sua vasta obra, fora da pátria, inicialmente na Suíça e posteriormente na Bélgica. Reclus conciliou a sua atividade de geógrafo com a sua postura de cidadão; ao mesmo tempo que elaborou duas grandes obras — *A Nova Geografia Universal* e *O Homem e A Terra* —, militou ativamente no movimento anarquista, tendo pertencido ao grupo anarquista que, com Bakunin, rompeu com Marx na I Internacional.

Para elaborar os dois grandes livros, um em 19 volumes e outro em seis, ele contou com a colaboração de autores diversos dentre os quais se pode salientar Kropotkin, para os textos sobre a Ásia Russa, hoje soviética, e com o Barão do Rio Branco na parte referente ao Brasil. Com uma visão dinâmica das relações entre a sociedade e a natureza, Reclus, como ele mesmo afirmou, procurou, no primeiro livro, dar uma visão horizontal da ocupação e organização do espaço e no segundo dar uma visão vertical, mergulhando no tempo, a fim de melhor compreender as estruturas que lhe eram contemporâneas. Decorre daí o seu fácil manejo tanto da geografia propriamente dita como da história e das ciências sociais e a frase célebre de que "a Geografia é a história do espaço enquanto a História é a Geografia do tempo". O estudo de sua obra é fundamental para a compreensão do mundo moderno, apesar de escrita há quase um século, nela ele mostra, dentre outras coisas, o mecanismo da dominação colonial, os sistemas de exploração dos países dominados, as relações entre as nações e estados, o problema do êxodo rural e do crescimento patológico das cidades, o problema das estruturas de propriedade da terra e de exploração do solo, prevendo e abordando problemas que se tornariam agudos nos dias atuais. A redescoberta dos escritos de Reclus se faz hoje com grande intensidade em todo o mundo ocidental, sendo numerosas as antologias de seus escritos que são organizados e os livros de interpretação de sua vida e de sua obra.

No início do século XX começaram a se diferenciar consideravelmente as concepções da ciência geográfica nos vários países, ganhando grande importância as chamadas escolas nacionais. Cada uma delas refletia, naturalmente, as concepções e os interesses dos respectivos países. Dentre as escolas nacionais se destacaram logo a alemã e a francesa. Entre os geógrafos alemães continuou a haver uma grande preocupação com as condições naturais, com a influência do relevo, dos solos e do clima sobre a ação do homem, sendo a escola profundamente culturalista e até certo ponto determinista. Produziu notáveis trabalhos na linha chamada física, como os de Passage, mas desenvolveu também estudos na área política, paralela às ciências sociais e aproximada da Geopolítica, como os trabalhos de Alix e de Otto Maull. A Alemanha, impensada na Europa entre a França, o Império Austro-Húngaro e a Rússia, sentia-se no direito de se expandir em direção aos Balcãs e questionava o domínio colonial inglês na África, onde, tendo realizado tarde a sua unidade política, conseguiu abocanhar poucos territórios — Togo, Sudoeste Africano e Tanganica —, ao contrário dos ingleses e franceses que praticamente dividiram entre si o continente negro. Os alemães fizeram numerosos discípulos nos Estados Unidos, onde Huntington e Helen Simple levaram as idéias deterministas a um forte grau de exagero e onde Sauer desenvolveu a chamada Geografia Cultural. Na Inglaterra os estudos de Geografia Política, sobretudo das áreas coloniais, tiveram grande interesse, fazendo compreender, conhecer e justificar o imperialismo britânico.

A influência do positivismo de Comte foi marcante sobre os geógrafos na primeira metade do século XX e esta concepção, aliada à expansão dos conhecimentos, agudizaram uma preocupação com a delimitação da área de estudo da Geografia e com a divisão da mesma em vários setores ou ramos. Daí portanto a divisão bem nítida que se fez entre a Geografia Física e a Geografia Humana e,

em seguida, entre campos especiais de uma e de outra, como a Geomorfologia, a Climatologia, a Hidrografia, a Biogeografia, etc, para a primeira, e os estudos de População, a Geografia Agrária, a Industrial, a Comercial, a dos Transportes e Comunicações, etc, para a segunda. A preocupação com uma falsa neutralidade científica contribuiu para que se relegasse a um segundo plano a Geografia Política, considerada por muitos como não geográfica. Os autores, conforme as suas posições ideológicas, procuravam denominar ao ramo da geografia ligado ao homem, ora como Geografia Humana, ora como Geografia Social, ora como Geografia Económica, ora como Geografia Cultural. Eram numerosos os argumentos e os sofismas que usavam em defesa de cada uma destas denominações.

Os soviéticos, após a Revolução de Outubro, ao reorganizarem o país em uma economia planificada, naturalmente necessitaram dar uma maior importância ao conhecimento geográfico e para isto prestigiaram os estudos realizados pela Sociedade de Geografia da Rússia, antes da revolução, e desenvolveram, junto à Academia de Ciências, institutos e faculdades para o ensino intensivo da disciplina. Estes estudos foram em grande parte exploratórios, de vez que era muito baixo o nível de conhecimentos sobre os territórios que os czares haviam conquistado e que os soviéticos consideraram sob domínio da União Soviética; era necessário intensificar a exploração dos recursos naturais disponíveis e, posteriormente, ao fazerem a planificação da organização do espaço para explorar estes recursos, ligaram a Geografia a outras ciências como a Economia — indispensável ao planeamento —, a Sociologia, em face da grande preocupação com o social que caracteriza o planeamento dos países socialistas, e com o político, de vez que a União Soviética estava cercada pelas potências capitalistas, desejosas de fazerem fracassar a experiência que aí se realizava. Desejo que se efetivou em invasões na década de '20, no período de consolidação do poder soviético, e se repetiu na década de '30, quando a Alemanha invadiu a URSS para se apossar dos seus fabulosos recursos minerais, do petróleo sobretudo. Naturalmente que a orientação marxista que norteava o ensino e a pesquisa soviéticas, liberta da visão departamentada do comtismo — rígida separação entre os campos das várias ciências — contribuiu sobremodo para que a interdisciplinaridade se exercitasse mais intensamente.

Neste período das geografias nacionais observa-se em algumas delas uma falsa preocupação com a neutralidade científica sob a alegação de que a ciência, e entre elas a Geografia, deveria refletir posições neutras, mais precisamente, técnicas, não se envolvendo em problemas políticos. Tal posicionamento é inteiramente falso porque ao se estudar os textos dos geógrafos ditos neutros, observa-se que eles refletem o pensamento das classes dominantes de seus países e os interesses políticos dos mesmos. Assim, ao desenvolver na França o estudo dos gêneros de vida, Vidal de la Blache, o famoso chefe da Escola Francesa, procurou trazer aos que exerciam poder político e económico, a idéia de como viviam as populações atrasadas das colônias e em conseqüência facilitar o desenvolvimento de técnicas, de convencimento das mesmas. Os trabalhos geográficos se transformaram em armas que facilitaram a penetração do capital no meio colonial, promovendo a formação de cidades e forçando as populações que viviam em um estágio comunitário a entrar na economia monetária, de consumo. Em conseqüên-

cia surgiram leis nos impérios francês e inglês que obrigavam os "nativos" a pagar anualmente um imposto *per capita*, em dinheiro, e os obrigavam indiretamente a destinar parte das terras de que dispunham a culturas de exportação, que eram vendidas por dinheiro, dinheiro necessário ao pagamento do imposto e à aquisição de mercadorias que a máquina de dominação colonial introduzia no mundo conquistado. A localização dos recursos a serem explorados, o levantamento da força de trabalho localizada nas proximidades destes recursos e a orientação a respeito das culturas que deveriam ocupar as áreas até então ocupadas por culturas de subsistência — a banana, o sorgo, o taro, a mandioca, etc. — também eram uma contribuição da maior importância dada pelos estudos geográficos à expansão capitalista e à dominação colonial. Estes estudos tiveram tal importância que se chegou a formar um ramo especializado da Geografia, a Geografia Colonial, que era ministrada nos cursos destinados à formação dos administradores coloniais e que depois, com a descolonização, passou a ser denominada de Geografia Tropical.

No Brasil o desenvolvimento dos estudos geográficos se fez muito lentamente; durante o período imperial e da Primeira República os geógrafos se dedicaram mais a fazer estudos descritivos, levantamentos estatísticos e a produzirem alguns Atlas. Dentre os estudos de interesse geográfico do período podem ser salientados alguns trabalhos de Homem de Melo, de Ramiz Galvão, do Barão de Rio Branco e de Joaquim Nabuco. Os dois últimos desenvolveram estudos geográficos com fins específicos, de defesa do direito do Brasil a áreas fronteiriças contestadas por países vizinhos.

A formação de uma geografia brasileira com caráter científico se daria a partir de 1930, quando foram criados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as primeiras Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Delinearam-se então várias correntes, como aquela do IBGE, com preocupações geopolíticas, com Teixeira de Freitas, Everardo Backheuser e ligada aos grupos militares como Mário Travassos, Osório da Rocha Diniz. Neste grupo observa-se uma influência acentuada de Ratzel e uma grande preocupação com o estabelecimento de uma nova divisão territorial para o Brasil. Preocupava aos mesmos a projeção do Brasil no Continente Sul-Americano, demonstrando a validade de expansão da influência brasileira e até certo ponto, de dominação do Brasil sobre as repúblicas platinas e andinas. Mais recentemente ela vem se manifestar nos geopolíticos militares como os generais Golbery do Couto e Silva e Mello Rego.

Uma segunda corrente se projetou a partir dos trabalhos de Delgado de Carvalho, brasileiro formado na França e que iniciou estudos do espaço brasileiro dentro dos modelos da escola geográfica francesa. Ela seria continuada nas escolas de Filosofia, de vez que foram numerosos os professores franceses que viveram e trabalharam no Brasil, como professores das mesmas, convindo destacar os nomes de Pierre De fontaines, Pierre Mombeig e Francis Ruellan. Esta formação francesa passaria a ter grande influência no Conselho Nacional de Geografia do IBGE nas décadas de 40 e 50; quando, então, numerosos ex-alunos da Faculdade Nacional de Filosofia passaram a integrar os quadros do IBGE. A ela corresponde o período áureo dos Boletins Geográficos e da Revista Brasileira de Geografia.

Também se pode salientar neste período a atuação de ensaístas, ora classificados como geógrafos, ora como sociólogos, ora como economistas, que trouxeram em seus livros grande contribuição ao desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil. Entre eles podemos salientar Gilberto Freyre que em *Nordeste* e em *Continente e Ilha* deu uma visão geográfica à problemática regional e nacional, desenvolvendo no primeiro um trabalho de ecologia geográfica, bem próxima aos atuais estudos geográficos de meio ambiente, e no segundo uma visão geográfica do problema da continentalidade e da posição geográfica do Brasil; Josué de Castro, médico nutricionista que se especializando na análise dos problemas de alimentação, chegou à geografia, fazendo estudos com grande conotação social e política em livros como *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*; Caio Prado Júnior que em *Formação do Brasil Contemporâneo*, procurando fazer história com fundamentação marxista, fez magistral geografia retrospectiva do Brasil, do período em que terminava o sistema colonial – fins do século XVIII e início do século XIX.

Estas três vertentes consolidaram a geografia brasileira antes da revolução ocorrida na mesma, a partir dos anos 60, e que tumultuou os debates e as questões que preocupavam os geógrafos do País. Com a implantação do regime autoritário procurou o Governo brasileiro um apoio científico aos seus projetos de desenvolver o capitalismo dependente do capitalismo do Mundo Ocidental. Para fazê-lo necessitava justificar uma política altamente espoliativa do povo brasileiro, concentrando as rendas e alimentando os interesses das empresas transnacionais e, ao mesmo tempo, para diminuir os custos de produção, desprezando completamente qualquer preocupação com a preservação dos recursos naturais e com a defesa do meio ambiente. Nada melhor do que a fuga à análise e ao conhecimento da realidade e a condução dos jovens cientistas à preocupação com modelos abstratos de conhecimento. O uso destes modelos fazia com que os geógrafos, em geral com deficiente formação matemática e estatística, passassem a se divertir com a dança dos números e a anunciar resultados que nada exprimiam. Prestavam assim, consciente ou inconscientemente, um serviço ao sistema autoritário e obtinham melhores posições e salários. Para impedir que as críticas os atingissem passaram a desenvolver uma política altamente agressiva contra a chamada "geografia tradicional", apontada como anticientífica e ultrapassada. E os tradicionalistas, que se viam agredidos, tinham um ponto de aproximação com os "quantitativistas" que era o da afirmação da inexistência da necessidade de uma formulação filosófica e da manutenção de uma neutralidade científica. Por isto acomodaram-se ou aderiram às novas proposições.

Os geógrafos de melhor formação filosófica e com compromissos sociais, reagiram, a princípio em pequena minoria, apontando a falsidade de neutralidade científica e a alienação dos quantitativistas, e, em trabalhos sucessivos, mostraram que a dança dos números poderia ser estética mas não exprimia a verdade nem a tradição da Geografia. Esta, desde a sua formação, era altamente comprometida com o conhecimento da realidade e com os interesses, para uns do Estado e para outros do povo. Daí o surgimento do interesse pela releitura da obra de Elisée Reclus, a revitalização das leituras dos livros de Josué de Castro e a luta por uma interpretação dialética da problemática geográfica, dando origem ao

que foi chamado um pouco impropriamente, de "Geografia Crítica". Dizemos impropriamente porque neste grupo se enfileiram estudiosos de orientações as mais diversas, desde os marxistas mecanicistas que procuram encontrar as categorias marxistas, tal como expostas pelo filósofo alemão na Europa do século XIX, nas formações sociais brasileiras, até marxistas heterodoxos que aceitam o ensinamento de Marx como a indicação de um método de análise e procuram trilhar novos caminhos, até não marxistas e antimarxistas que se dispõem a fazer uma análise crítica da realidade brasileira, partindo de formulações empíricas. Os "quantitativistas", praticamente destruídos nos inícios dos anos 80, com a maré baixa do autoritarismo, se reestruturaram agora procurando formular novos modelos, em geral inspirados nos modelos europeus, ou americanos, utilizando largamente o computador. É natural que as oscilações de maior ou menor influência das correntes geográficas estejam ligadas com a reformulação da sociedade, ora da esquerda comprometida com a reformulação da sociedade, ora da direita interessada em manter o *status quo*.

Vê-se assim que a Geografia como ciência tem tido uma evolução rápida e bem diversificada no tempo e no espaço, desde os fins do século passado e tem sofrido alterações substanciais na forma de encarar ou de enfocar o seu método e o seu objeto. Hoje ela não é mais a ciência que estuda e descreve a superfície da terra, mas a ciência que analisa e tenta explicar o espaço produzido pelo homem, indicando as causas que deram origem a formas que resultaram de relações entre a sociedade e a natureza. É claro que o homem, individualmente, nenhuma influência tem na formação do espaço e na utilização do território, mas a sociedade, dispondo cada vez mais de capital e de tecnologia, modifica o espaço natural, o meio natural, criando o espaço próprio que lhe interessa. O seu dinamismo tem uma grande importância, de vez que no passado, por exemplo, na Idade Média, a sociedade estava muito mais limitada em sua ação modificadora do meio ambiente e procurava fazê-lo a fim de obter resultados bem diversos dos que ela almeja alcançar hoje. As aspirações da sociedade variam conforme os recursos e a força de que dispõe e também conforme os objetivos que pretende alcançar. O tipo de espaço produzido em um estado socialista por exemplo, é bem diverso daquele produzido em um estado capitalista, em face das aspirações da sociedade serem bem diversas, mesmo quando as condições naturais são semelhantes; até mesmo dentro de estados que adotam o mesmo sistema sócio-econômico, há diferenças na forma de utilização e de organização do espaço, conforme os fins e as metas objetivadas pelos seus governos. Cabe à Geografia estudar as formas que o espaço apresenta, explicar a origem e a formação dessas formas e indicar as direções que as transformações futuras podem tomar. Isto porque, o espaço nunca está produzido completamente, nunca termina o seu processo de produção; antes de alcançar a meta desejada há, com a evolução, uma mudança de aspirações e uma reformulação, uma reorganização. O processo de produção do espaço tem, em face das transformações dialéticas, necessidade de uma permanente reprodução. O processo de produção gera, ao se efetivar, uma reação em cadeia que provoca sempre a necessidade de reformulação. Daí ser permanente o processo produtivo. A Geografia é assim uma ciência profundamente dinâmica que necessita de uma permanente reformulação de seus objetivos e de seus métodos.

3. O PROBLEMA DA INTERDISCIPLINARIDADE

O problema da interdisciplinaridade é comum a todas as ciências, uma vez que a divisão em áreas específicas de cada uma delas é fictícia, é feita apenas para facilitar o trabalho dos especialistas que não podem abarcar todo o conhecimento científico. Também não é muito certa a separação entre as ciências do homem e as da natureza, pois o homem, como animal, é parte da natureza em que vive, lutando permanentemente com ela, transformando-a de acordo com os seus interesses.

É falsa a idéia, bastante generalizada, de que a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência natural, através das Geografias Física e Biológica – e social, através da Geografia Humana e Econômica. Na realidade, esta divisão da Geografia é artificial e cria uma dicotomia que põe em risco a própria existência da ciência geográfica. O desenvolvimento dos conhecimentos referentes à Terra, à ação do homem sobre a terra, antes reunidos na Geografia, foram se dispersando por outros saberes científicos dando origem a outras ciências, a outros campos de investigação não especificamente geográficos, embora a ela ligados. Assim, é costume agrupar ao lado da Geografia, como ciência da Terra, a Geologia, a Mineralogia, a Pedologia, a Meteorologia, etc. Hoje, tendo estas ciências, em termos oficiais, suas áreas de delimitação bem estabelecidas, desenvolveram saberes intermediários entre a Geografia e elas próprias, surgindo daí a Geomorfologia, a Geopedologia, a Climatologia, etc. E estes conhecimentos que eram desenvolvidos por geógrafos e geólogos, no primeiro caso, por geógrafos e pedólogos no segundo, e por geógrafos e meteorologistas no terceiro caso, passam a ser estudados por especialistas de cada um destes ramos. O fato da independência destes novos ramos do conhecimento não indica porém que o geógrafo perca as suas preocupações com conhecimentos destas áreas, de vez que ele necessita de ter um mínimo de conhecimento destas ciências afins. Para melhor compreender o processo de ação do homem produzindo o espaço onde o solo, o clima e a estrutura geológica têm influência.

Sendo a ciência geográfica uma ciência social é natural que o relacionamento da mesma com as chamadas ciências do homem seja ainda mais estreito dando origem a saberes intermediários entre elas e a Geografia. Assim, a Geografia Política está muito relacionada e necessita do subsídio de ciências afins como a Ciência Política, o Direito Internacional e o estudo das Relações Internacionais, dando origem a Geopolítica, que foi tão malsinada por haver sido utilizada por Hitler na segunda Guerra Mundial. Hoje os estudos de Geopolítica se agigantam não só na procura de explicação da relação entre estados, na disputa internacional por espaço, como também na área interna, na análise de políticas e programas governamentais e até quando se analisa a disputa de espaços no poder entre as várias classes sociais ou entre nações dentro de um Estado. Pode-se afirmar que se a Geopolítica surgiu como o conjunto de conhecimento a ser utilizado pelos poderosos contra os fracos, pelos estados dominantes sobre os periféricos, hoje já existe Geopolítica do povo que é utilizada na luta dos fracos contra os fortes, contra os poderosos. Há a Geopolítica dos dominadores que se contrapõe à Geopolítica dos dominados.

As relações entre a Geografia e a História, ciência a que esteve sempre ligada, são muito íntimas, através do que se chama de Geografia retrospectiva, onde se procura reconstituir o espaço de períodos passados, surgindo assim, um ramo de conhecimento que se chama de Geo-História — não confundir com a Geologia Histórica — que dá uma grande contribuição à compreensão da evolução do uso e da organização do espaço pelo homem. Blaudel e Merc Bloch, na França, foram historiadores que se tornaram verdadeiros mestres de Geo-História.

A Geografia Social, termo utilizado pela primeira vez por Elisée Reclus, fez com que os geógrafos, para melhor compreenderem a formulação do espaço geográfico, se adentrassem em estudos ligados às classes sociais e às relações entre elas, abandonando à categoria "gênero de vida", que só funcionava quando se estudava os povos primitivos, dando origem a estudos que estão profundamente ligados ao saber sociológico, podendo-se falar em uma Geossociologia. Os sociólogos contribuíram enormemente para esta aproximação com os estudos sobre áreas de influência de partidos políticos a que eles próprios chamaram de Geografia Eleitoral. Muitos estudos de geógrafos no Brasil, têm tido mais difusão e despertado mais interesse entre os sociólogos e historiadores do que entre os próprios geógrafos.

Muito íntimas são as relações entre a Geografia e a Antropologia, havendo ensaios que podem ser classificados pela nomenclatura das bibliotecárias em um ou outro setor. Para isto há uma explicação lógica, de vez que as transformações da organização do espaço são feitas pela sociedade e despertam, em setores desta sociedade, sérias mudanças que provocam resistências. A resistência à mudança é uma área de estudo da Antropologia e se o geógrafo não for interessado na observação da mesma, ele não poderá explicar o processo de modernização que hoje ocorre em todas as áreas, ora pelo avanço das formas capitalistas de relações, como ocorre no campo brasileiro, ora por transformações políticas, como ocorreu na Índia com o freio imposto à expansão das culturas de exportação sobre as áreas de culturas de abastecimento, após a independência, a partir de 1947.

Com a Economia, sobretudo com a Economia Política, as relações da Geografia são as mais íntimas, uma vez que são as razões econômicas que determinam as transformações do espaço. A intervenção do homem transformando a natureza e adaptando-a a sua exploração é feita sempre, ou quase sempre, por razões de ordem econômica. Assim, o geógrafo e o economista são levados, quando passam a se preocupar com o cenário internacional, e analisar as áreas de influência dos vários países sobre a superfície do globo. Observa-se sempre que a área de influência econômica de uma grande potência não se limita ao seu território mas extrapola para cobrir estados ou porções de estados vizinhos. A economia de um país não é orientada apenas pelos interesses diretos dos seus habitantes, ela está vinculada às relações internacionais com outros países. Daí estar em formação um ramo do conhecimento, a Geoeconomia, que estuda as áreas de influência dos países ou dos blocos de países pela superfície do globo e as áreas de confronto e de paz entre uma e outra região. Está assim a Geoeconomia muito ligada à Geopolítica, de vez que a política e a economia estão sempre interligadas.

Acreditamos que a análise feita nestas páginas indica que a Geografia é um ramo do conhecimento científico profundamente ligado aos demais ramos do conhecimento, o que torna impossível estabelecer limites do que é ou deixa de ser geográfico. Não foi em vão que o grande geógrafo francês Vidal de la Blache que tentou delimitar o que era e o que não era geográfico, criando a expressão "geograficidade", abandonou esta noção ao escrever, em 1917, o seu livro *A França do Leste*, em grande parte um livro de Geopolítica. É que a geograficidade nada mais é do que uma camisa-de-força para os que temem observar e analisar os problemas geográficos em sua totalidade e preferem ignorá-los e abordar alguns aspectos que não o comprometam com os donos do poder ou da ciência. Analise-se as obras dos grandes pensadores brasileiros como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Josué de Castro, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e se verá que nenhum deles utilizou o seu campo científico específico para limitar as suas proposições e reflexões, mas "invadiu" áreas vizinhas, atribuídas arbitrariamente a outras ciências, para produzir trabalhos originais que abrem perspectivas aos novos estudiosos e estudantes.

Da' admitirmos que a Geografia é uma ciência profundamente enriquecida com a aproximação com as outras ciências, com os outros ramos do conhecimento, aproximação da qual resulta não só o seu enriquecimento, como o das demais ciências. No nosso trabalho indicamos aquelas ciências que, a nosso ver, se encontram mais próximas da Geografia e aqueles setores do conhecimento que se formam entre a Geografia e as mesmas, mas temos que reconhecer que a interdisciplinaridade é bem mais ampla, incluindo ciências da Terra e da sociedade, isto porque existe uma unidade e uma totalidade do conhecimento científico.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 MENDOZA, Josefina Gomez, JIMÉNEZ, Julio Muñoz e CANTERO, Nicolás Ortega. *El pensamiento geografico*, págs. 68/78. Madrid, Alianza Universidad Editorial, 1982.
- 2 ANDRADE, Manuel Correia de. Introdução a Elisée Reclus, págs. 7/20 Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 49. São Paulo, Editora Ática, 1985.
- 3 MORAIS, Antônio Carlos Robert. Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Frederick Ratzel. págs. 308/437. (ed. mimeografada). São Paulo, USP, 1983.
- 4 ATENCIO, Jorge, E. *Que es la Geopolítica?* Buenos Aires, Plesmar, 1965.

